



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO-PGM
Rua Santos Dumont, nº 200, Centro.
CEP: 65.980-000 - Carolina/MA

OFÍCIO Nº 155/2018-PGM

Carolina/MA, 06 de dezembro de 2018.

A Sua Senhoria o Senhor
JOSE ESIO OLIVEIRA DA SILVA
Secretário Municipal de Educação
Nesta

Assunto: Análise e Parecer.

Senhor Secretário,

Encaminhamos a Vossa Senhoria o **Processo Administrativo nº 077/2018-PMC**, com o respectivo parecer conclusivo.

Atenciosamente,

DIEGO FARIA ANDRAUS
Procurador Geral Adjunto do Município



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

Processo nº 077/2018 - PMC
Assunto: Parecer Tomada de Preço nº 009/2018 – CPL/PMC
Interessado: Secretaria Municipal de Educação
Parecer nº 126/2018

PARECER JURÍDICO

A Comissão de Licitação determinou o encaminhamento do procedimento licitatório Modalidade Tomada de Preço, para a emissão de parecer conclusivo, tendo por objeto desta licitação a **CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DA CRECHE PRÓ INFÂNCIA TIPO I** para atender as necessidades da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, conforme documentos constantes do processo administrativo nº 077/2018.

Em síntese é o relatório.

DO MÉRITO

Pois bem, analisando os autos restou demonstrada que a **Tomada de Preço nº 009/2018-CPL/PMC** atendeu ao artigo 38 da Lei de Licitações, bem como a sua formalização ao artigo 43 do citado diploma legal, quanto ao seu processamento e julgamento.

Verificou ainda, que os princípios esculpidos no caput do artigo 3º da Lei 8666/93, foram respeitados pela Administração Pública.

E por fim, restou comprovado que a presente Licitação fora publicada corretamente, estando seu instrumento convocatório devidamente divulgado dentro do prazo legal.

CONCLUSÕES

Diante do exposto, forte análise da legalidade, moralidade, impessoalidade, conveniência e oportunidade do ato administrativo, na exação do certame e nos princípios que norteiam os contratos administrativos, **OPINO** pela homologação do presente certame.

Por derradeiro, cumpre salientar que o presente parecer tomou por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Carolina-MA., 06 de dezembro de 2018.


DIEGO FARIA ANDRAUS
Procurador Geral Adjunto do Município